

Aquisição de Apólices de Seguro para o Município de Vila Nova de Gaia Transferência de Competências no Domínio da Saúde

APÊNDICE I

Condições particulares e especiais das apólices

Seguro de Acidentes de Trabalho

CONDIÇÕES PARTICULARES E ESPECIAIS

TOMADOR DO SEGURO

Município de Vila Nova de Gaia

OBJETO DO SEGURO

As Responsabilidades legais do tomador de seguro pelos encargos provenientes de acidentes trabalho.

ATIVIDADE PREDOMINANTE

Nomeadamente, mas sem limitar, são consideradas atividades do Segurado, ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do município e órgãos municipais, de acordo com a legislação em vigor.

CÓDIGO DA ATIVIDADE ECONÓMICA

84113

ÂMBITO DO SEGURO

Ficam abrangidos por este contrato de seguro todos os trabalhadores integrados no município como decorrência da transferência de competências no domínio da Saúde, efetivos ou eventuais, os beneficiários dos contratos de emprego inserção social e dos programas de estágios na administração local e demais programas idênticos que sejam participados ao serviço do tomador de seguro, se indicados na relação de pessoal a segurar (folha de férias).

Para o efeito, o Tomador de Seguro obriga-se a remeter ao Segurador, até ao dia 15 de cada mês, a relação de proventos salariais dos seus funcionários, relativamente ao mês anterior.

Ficam automaticamente cobertos os riscos de deslocação e de exercício da atividade profissional ao e no estrangeiro, incluindo ações de formação profissional, por períodos inferiores a 30 dias, sem necessidade de comunicação prévia e sem qualquer agravamento tarifário.

Em caso de acidente ocorrido em território estrangeiro, as despesas aí efetuadas relativas à assistência médica, medicamentosa ou hospitalar, bem como os encargos referentes a transportes ou repatriamento, ficam a cargo do Segurador.

GARANTIAS

Constituição de uma apólice de seguro para todos os trabalhadores do Município, garantindo:

1. Cobertura nos termos do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro;
2. As indemnizações por incapacidade temporária, parcial ou absoluta, são definidas em função do salário líquido, englobando as remunerações, de carácter permanente ou acessório incluídas na massa salarial segura;
3. O pagamento das pensões por incapacidade permanente parcial ou absoluta e as derivadas de morte, incluindo as que forem definitivamente fixadas pela Caixa Geral de Aposentações;
4. No que respeita às pensões referidas no ponto anterior, bem como aos subsídios previstos nos artigos 35.º, 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, ficam igualmente garantidos os pedidos de reembolso feitos pela Caixa Geral de Aposentações ao Tomador de Seguro, ao abrigo do disposto no artigo 43.º do citado Decreto-Lei;
5. O pagamento de um subsídio por morte do trabalhador aos seus familiares, correspondente a 12 vezes o valor de 1,1 IAS à data da morte, exceto se o subsídio por morte previsto no Decreto-Lei n.º 223/95 de 8 de setembro for superior, caso em que será este último o subsídio a pagar;
6. O pagamento das despesas de funeral do trabalhador falecido até ao limite de 4 vezes o valor de 1,1 IAS à data do acidente ou até ao dobro em caso de transladação, a quem provar ter efetuado a despesa, exceto se ao reembolso das despesas de funeral for aplicável o disposto no artigo 14.º do decreto-lei n.º 223/95 de 8 de Setembro, por imposição do n.º 2 do artigo 18.º do decreto-lei n.º 503/99 de 20 de Novembro.
7. Estas condições prevalecem sobre as Condições Gerais do Ramo no que contrariar as disposições do Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, e pela Portaria nº 256/2011 de 05 de julho.

OUTRAS GARANTIAS

O seguro garante a cobertura dos trabalhadores, face aos riscos de Acidentes de Trabalho, os respetivos salários e subsídio de férias e de natal;

Os trabalhadores têm direito à reparação, em espécie e em dinheiro, dos danos resultantes de acidentes em serviço, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, com as alterações subsequentes;

Confere direito à reparação a lesão resultante de um acidente em serviço e que seja consequência de tal tratamento;

O direito à reparação em espécie, consagrado no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de

novembro, na sua redação atual, deverá contemplar os mínimos exigidos na legislação em vigor, nomeadamente:

Prestações de natureza médica, cirúrgica, de enfermagem, hospitalar, medicamentosa e quaisquer outras, incluindo tratamentos termais, fisioterapia e o fornecimento de próteses e ortóteses, seja qual for a sua forma, desde que necessárias e adequadas ao diagnóstico ou ao restabelecimento do estado de saúde físico ou mental e da capacidade de trabalho ou de ganho do sinistrado e à sua recuperação para a vida ativa, referindo ainda:

- O direito aos aparelhos de próteses e ortóteses abrange os destinados à correção ou compensação visual, auditiva ou ortopédica, bem como a prótese dentária e, ainda, a estética, se justificada;
- A aquisição, renovação ou substituição dos aparelhos referidos anteriormente carecem de prescrição médica fundamentada;
- Quando do acidente resultar a inutilização ou a danificação de próteses ou ortóteses de que o trabalhador já era portador, este tem direito à respetiva reparação ou substituição;
- Quando o sinistrado optar por assistência médica particular, tem direito ao pagamento da importância que seria despendida em estabelecimento do serviço clínico do segurador responsável, devendo, para efeitos de reembolso, apresentar os documentos justificativos de todas as despesas efetuadas com o tratamento das lesões, doença ou perturbação funcional resultantes do acidente.
- Pagamento de transporte e estada para observação, tratamento e comparência a juntas médicas ou a atos judiciais, ou seja:
- No caso de deslocação da residência ou do local onde o trabalhador se encontre com vista a assistência médica, observação, tratamento, comparência a juntas médicas ou a atos judiciais que implique estada, este tem direito ao pagamento da correspondente despesa, até ao limite do valor previsto para as ajudas de custo dos trabalhadores com a posição remuneratória superior ao nível remuneratório 18 da escala salarial do regime geral, salvo se a sua condição de saúde, medicamente fundamentada, justificar despesas de montante mais elevada;
- Quando o médico assistente ou a junta médica declarar que o estado de saúde do trabalhador o exige, há lugar ao pagamento das despesas de um acompanhante, nas mesmas condições das estabelecidas para o trabalhador.
- O direito à reparação em dinheiro compreende ainda:
- Remuneração, no período das faltas ao serviço motivadas por acidente em serviço;
- Indemnização em capital ou pensão vitalícia correspondente à redução na capacidade de trabalho ou de ganho, no caso de incapacidade permanente;

- Pagamento mediante validação médica do subsídio por assistência de terceira pessoa, resultante de acidente que não permita ao trabalhador praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana sem assistência permanente de outra pessoa;
- Consideram-se necessidades básicas os atos relativos à alimentação, locomoção e cuidados de higiene pessoal;
- O familiar do dependente ou quem com ele coabite, que lhe preste assistência permanente, é considerado terceira pessoa;
- O montante mensal do subsídio corresponde ao valor da remuneração paga a quem preste a assistência, com o limite da remuneração mínima mensal garantida para os trabalhadores do serviço doméstico.
- Subsídio para readaptação de habitação;
- Subsídio por situações de elevada incapacidade permanente;
- Despesas de funeral e subsídio por morte;

MODALIDADE

Seguro de prémio variável ("Folhas de Férias")

ESTIMATIVA CAPITAL SEGURO

O montante anual de salários previsto é de **700.000,00€ (Setecentos mil euros)**

FRACIONAMENTO DO PRÉMIO

Prémio único, devendo ser efetuado o respetivo acerto após o envio da última "folha de férias".

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

Todas as indemnizações processadas ao abrigo da garantia de Incapacidade Temporária, são pagas diretamente a cada Tomador de seguro, figurando este como entidade recebedora, uma vez que os tomadores asseguram sempre o pagamento do salário por inteiro, mesmo quando os funcionários se encontram temporariamente incapacitados de atenderem ao seu trabalho.

O segurador antes do início do contrato, facultará ao Tomador de Seguro, a fórmula de cálculo das indemnizações processadas ao abrigo da garantia de incapacidade temporária absoluta.

Para os devidos efeitos, a título enunciativo e não limitativo, fica acordado que estão garantidos neste seguro os riscos profissionais da polícia municipal e dos bombeiros sapadores que fizerem parte integrante das folhas de férias do Tomador de Seguro, com as seguintes previsões, quanto ao número

de elementos e massa salarial.

Relativamente às pensões e subsídios que venham a ser fixados pela Caixa Geral de Aposentações e sobre os quais esta caixa tenha direito de reembolso sobre os tomadores de seguro, conforme artigo 43.º, do Decreto-Lei 503/99 de 20 novembro, o segurador diligenciará junto da referida Caixa, no sentido de conseguir estabelecer com esta um acordo que permita o reembolso direto entre a CGA e o segurador.

O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 clínicas/consultórios, sediadas no Concelho do Tomador de Seguro, para assistir sinistrados de Acidentes de Trabalho.

O segurador compromete-se a celebrar acordos com pelo menos 2 farmácias sediadas no Concelho de cada Tomador de Seguro, por forma a isentar os sinistrados de Acidentes de Trabalho, do pagamento das despesas com prescrições médicas, consequência de tais acidentes, sendo as referidas despesas cobradas diretamente pelas farmácias, ao segurador.

O Segurador terá de disponibilizar o acesso da Participação On-line de Acidente de Trabalho e com a possibilidade de consultar informação sobre os processos.

Seguro de Multirriscos

CONDIÇÕES PARTICULARES E ESPECIAIS

TOMADOR DO SEGURO

- Município de Vila Nova de Gaia

OBJECTO E ÂMBITO DO SEGURO

O presente seguro tem por objeto a cobertura dos danos causados aos bens seguros a seguir indicados (**ANEXO A**), pela ocorrência de qualquer ou quaisquer dos riscos cobertos, desde que sobre os quais exista interesse em segurar, incluindo as situações de uso fruto ou locação:

- a) Imóveis de qualquer tipo, estruturas fixas e obras acabadas sobre ou sob a superfície.
- b) Bens fixos e/ou móveis de qualquer natureza, incluindo viaturas e máquinas industriais de qualquer tipo, propriedade do Segurado, incluindo os concessionados, alugados ou arrendados ou de terceiros mantidos em depósito, em relação aos quais o Segurado tenham assumido o risco ou a obrigação de segurar.
- c) Bens e Mercadorias durante o seu transporte terrestre.
- d) Acervos museológicos, bens, objetos, obras ou instalações de índole artística e/ou histórica, quer se encontrem guardados ou em exposição temporária ou permanente, nas instalações do Segurado ou de terceiros.
- e) Bens de terceiros.
- f) Roubo de valores.
- g) Bens ao ar livre, derogando o que em contrário se estabeleça nas Condições Gerais e Especiais aplicáveis, esta apólice garante os Bens que se encontrem ao ar livre, nos termos da Condição Especial - Bens ao Ar Livre.
- h) Derrogando o que em contrário se estipule nas Condições Gerais e Especiais aplicáveis, ficam cobertos pelo presente seguro os danos provocados em muros, vedações e portões, em consequência dos riscos cobertos pela apólice.
- i) No que respeita aos bens móveis, a cobertura da apólice não se limita aos locais de riscos listados na apólice, ou seja, os conteúdos estão seguros mesmo que se encontrem noutros locais de riscos não identificados na apólice.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Em caso de sinistro não haverá lugar à aplicação da regra proporcional se a diferença entre a globalidade dos capitais seguros e o correspondente valor global de substituição for inferior a 10% destes últimos.

No período do contrato não haverá lugar a atualização dos capitais seguros em 2%, caso outra atualização não seja informada pelo Segurado.

Em caso de sinistro com os bens seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo ou de reconstrução, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e/ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da Apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da Apólice.

RISCOS COBERTOS

1. Incêndio, queda de raio e/ou explosão;
2. Tempestades;
3. Inundações;
4. Danos por água;
5. Danos em muros, vedações e portões;
6. Fenómenos sísmicos;
7. Aluimentos de terras;
8. Queda de aeronaves;
9. Choque ou impacto de veículos terrestres, incluindo os provocados por veículos do segurado;
10. Choque ou impacto de objetos sólidos;
11. Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;

12. Greves, tumultos, alterações da ordem pública;
13. Danos causados por fumo;
14. Queda de granizo, neve e gelo;
15. Combustão espontânea;
16. Limpeza, demolição e remoção escombros;
17. Desenhos, documentos e livros;
18. Danos em bens do senhorio;
19. Riscos elétricos;
20. Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte para todo o mundo;
21. Avaria de máquinas;
22. Derrames acidentais;
23. Privação temporária do local ocupado ou arrendado, quer estes sejam de função habitacional ou profissional;
24. Honorários de peritos;
25. Perda de rendas;
26. Quebra ou queda acidental de bens;
27. Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas;
28. Bens de terceiros confiados ao segurado;
29. Furto e/ou roubo, incluindo dinheiro em cofre, caixa e transporte;
30. Danos aos imóveis causados por furto ou roubo;
31. Danos estéticos;
32. Danos em transporte terrestre de bens;
33. Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas;
34. Pesquisa e reparação de avarias;
35. Infidelidade de trabalhadores;
36. Danos em bens de empregados
37. Obras menores

BENS E CAPITAL A SEGUIRAR

O capital a segurar é de **34.652.000,00€** (Trinta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil euros, conforme listagem constante do **Anexo A**

LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO

Ficam expressamente acordados os seguintes limites de indemnização, por sinistro e anuidade, ocorrido ao abrigo de cada um dos seguintes riscos:

Danos causados por fumo	50.000,00 €
Limpeza, demolição e remoção de escombros	300.000,00 €
Desenhos, documentos e livros	100.000,00 €
Danos em bens do senhorio	50.000,00 €
Riscos elétricos	100.000,00 €
Equipamento eletrónico, incluindo a cobertura de transporte	100.000,00 €
Avaria de máquinas	500.000,00 €
Derrame acidental	50.000,00 €
Privação temporária do local ocupado ou arrendado	50.000,00 €
Honorários de peritos e despesas de avaliação de danos	100.000,00 €
Perda de rendas	100.000,00 €
Quebra ou queda acidental de bens	50.000,00 €
Quebra ou queda acidental de vidros, painéis e antenas	50.000,00 €
Bens de terceiros	100.000,00 €
Furto e/ou roubo, incluindo os danos causados ao imóvel	300.000,00 €
Danos estéticos	50.000,00 €
Furto e/ou roubo de dinheiro em cofre, caixa ou em transporte	45.000,00 €
Danos em transporte terrestre de bens	50.000,00 €
Danos em parques, jardins e áreas de conservação da natureza, incluindo o respetivo equipamento, edificações, mobiliário e plantas	100.000,00 €
Infidelidade de trabalhadores	10.000,00 €
Danos em bens de empregados	5.000,00 €
Obras menores	50.000,00 €
Responsabilidade civil extracontratual, incluindo os danos entre condóminos e/ou arrendatários e/ou ocupantes das frações	100.000,00 €

FRANQUIA

O presente seguro fica sujeito à franquia de 500,00€, por sinistro, com exceção, das coberturas abaixo mencionadas, sobre as quais se aplica a franquia ali indicada:

- Riscos elétricos, 100,00€, por sinistro
- Equipamento eletrónico, 100,00€, por sinistro
- Furto e/ou roubo, 100,00€, por sinistro
- Quebra ou queda acidental de bens, quebra ou queda acidental de bens de terceiros, 100,00€, por sinistro

- Atos de vandalismo, maliciosos ou de sabotagem, 100,00€, por sinistro
- Transportes terrestres, 100,00€, por sinistro
- Danos em bens de empregados, sem franquia
- Fenómenos sísmicos, 5,00% do capital seguro, por local de risco.

PAGAMENTO DE PRÉMIO

Prémio único

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Derrogação da regra proporcional - Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice, fica acordado que o Segurador prescinde da aplicação da regra proporcional, até à diferença máxima de 10% entre o capital seguro dos edifícios e conteúdos e o respetivo valor de reconstrução e substituição.

Atualização de capitais – Não haverá atualização dos capitais na vigência do contrato.

Indemnização na base do valor de substituição em novo - Fica acordado que em caso de sinistro com os bens seguros por esta apólice, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável, será o valor em novo ou de reconstrução, no dia imediatamente anterior ao sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos.

Adiantamento por conta de sinistros - Em caso de ocorrência de sinistros abrangidos pela presente apólice e após o início dos trabalhos de reparação, se a eles houver lugar, ou substituição, fica o segurador obrigado a efetuar os adiantamentos que se revelem necessários em função do desenvolvimento e execução do programa de trabalhos, ou de aquisição de bens e / ou serviços que o segurado tenha de celebrar.

Bens de terceiros - O presente seguro inclui bens propriedade de terceiros, na medida em que sobre esses bens o Município tem interesse em segurá-los, considerando o fim a que se encontram afetos.

Riscos elétricos - Nos termos desta cláusula, este contrato cobre também os danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e/ou eletrónicas e aos seus acessórios, nomeadamente por sobre tensão e sobreintensidade, incluindo os

produzidos pela eletricidade atmosférica, curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio. Ficam derrogadas quaisquer limitações de potência imposta pelas Condições Gerais e/ou Especiais, às máquinas e/ou equipamentos afetados pelo risco em causa.

Exposições temporárias - Relativamente à realização de Exposições Temporárias da responsabilidade do Segurado, quer seja nas suas instalações ou nas de terceiros, aplicam-se os seguintes termos de cobertura:

- a) Fica expressamente acordado que o objeto seguro é constituído por objetos dos segurados, ou de terceiros, neste último caso, quando temporariamente confiados ou entregues ao seu cuidado, controle, custódia ou consignação;
- b) A apólice cobre quaisquer danos provenientes de causa externa aos objetos seguros, excluindo-se apenas os danos resultantes de causa interna, nomeadamente o vício próprio. Esta cobertura é extensiva ao transporte terrestre dos bens seguros, em território nacional, incluindo cargas e descarga;
- c) O Segurado facultará ao Segurador, apenas em caso de sinistro, relação das obras/bens objeto da exposição, onde deverá vir indicado o respetivo valor unitário;
- d) O capital seguro em caso de sinistro corresponderá ao valor indicado na referida relação, sendo que se aceita o limite máximo de responsabilidade do segurador de 250.000,00€ ano/sinistro, em 1.º risco.

Coleções, pares ou séries de objetos - Se se perder ou danificar qualquer objeto que tenha um valor acrescido, por fazer parte de um par ou conjunto, qualquer pagamento que o segurador efetue terá em conta esse valor acrescido. O Segurado decide se o segurador paga a totalidade do valor do par ou conjunto. O máximo que o segurador pagará será o valor do par ou conjunto. Em caso de sinistro causado por um risco coberto o segurador poderá liquidar as despesas de restauro e/ou reparação, exceto se a desvalorização por parte da qualidade atribuível à mercadoria segura for reconhecida. Caso em que se aplicarão as disposições a seguir mencionadas:

- a) Em caso de se verificar a impossibilidade ou desvantagem económica do restauro e/ou reparação, o segurador obriga-se a indemnizar o segurado, tendo em conta o valor de mercado dos objetos sinistrados;
- b) Em caso de divergência quanto à atribuição daquele valor, o segurador e o segurado nomearão, cada um, um perito avaliador que concluirá pelo valor a indemnizar.

Danos acontecidos em transportes terrestres - Ficam garantidos os danos acontecidos em transporte terrestre no território nacional de bens, propriedade do segurado ou de terceiros, em consequência de acidentes com o veículo transportador, incêndio, raio ou explosão, atos de vandalismo ou maliciosos, furto e/ou roubo, incluindo as operações de carga e descarga.

Quebra ou queda accidental de bens - Fica garantido qualquer dano accidental de quebra ou queda, que sofram os bens móveis do segurado ou de terceiros quando confiados, por qualquer acidente ou infortúnio desde que constituam uma ocorrência súbita e imprevista.

Bens existentes ao ar livre - Derrogando o que em contrário se encontrar estipulado nas Condições Gerais da Apólice, fica convencionado que os bens municipais existentes ao ar livre estão garantidos por esta apólice.

Danos em jardins - Ficam garantidos os danos sofridos nos jardins do segurado em consequência da verificação de qualquer risco coberto por esta apólice. Em caso de sinistro ao abrigo desta cobertura a indemnização do segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução das zonas relvadas, na substituição de herbáceas, arbustos e árvores por outros da mesma espécie e porte.

Danos em bens de empregados - Ficam garantidos os danos diretamente resultantes de qualquer risco garantido pelo presente contrato, causados aos bens pertencentes a empregados ou colaboradores do Segurado, incluindo títulos e valores, acontecidos no interior ou exterior dos locais de trabalho, durante o período laboral. Admite-se que a presente cobertura seja limitada a 1.000,00€ (mil euros) de indemnização por sinistro, com um máximo de 5.000,00€ (cinco mil euros) por anuidade.

Gastos extraordinários - Ficam garantidos os gastos extraordinários com o aluguer de equipamento para substituição de máquinas ou instalações danificadas por um risco coberto por esta apólice de seguro. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição especial, é de 25.000,00€/ano/sinistro.

Despesas suplementares com trabalhos provisórios

Em caso de sinistro coberto pela apólice, ficam também garantidos os custos incorridos pelo segurado com reparações provisórias e/ou temporárias, quer estas venham, ou não, a ser incluídas nos trabalhos definitivos, desde que tais reparações sejam necessárias, quer seja por questões de segurança, de manutenção do serviço/uso público, ou qualquer outra necessidade superveniente. Adicionalmente,

através desta Condição Especial, também ficam garantidos os custos extraordinários para aceleração dos trabalhos, ou substituição definitiva dos bens seguros que tenham sofrido perdas ou danos provocados por uma situação coberta por esta apólice, incluindo os custos com encargos extras por horas extraordinárias, trabalho noturno, trabalho em dias feriados e transporte em via rápida e frete aéreo. Admite-se o limite máximo de responsabilidade do segurador, ao abrigo desta Condição Especial, de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) ano/sinistro.

Desenhos, documentos e livros

Fica acordado que o âmbito desta cobertura é extensível a desenhos, documentos e livros com interesse histórico, artístico, técnico e/ou cultural.

Furto e/ou roubo

Fica acordado que em complemento às disposições previstas nas Condições Gerais, a cobertura de furto e/ou roubo considera-se extensível à garantia do furto dos bens seguros quando praticado sub-repticiamente e às ocultas do segurado, seus funcionários, vigilantes e ou outros prestadores de serviços, enquanto as instalações se encontrarem abertas ao público.

Obras menores - Ficam cobertas as perdas e danos materiais sofridos pelos bens que correspondam a obras menores de construção, montagem, ampliação, modificação, reparação, manutenção e conservação, inclusivamente colocar a funcionar e testes, bem como aos materiais reunidos ao pé da obra, incluindo equipamentos, maquinaria e ferramentas em que o segurado tenha interesse, desde que as ditas obras sejam realizadas nos locais de risco seguros e devido a um risco garantido pela presente apólice. Ao finalizar esta cobertura por termo da obra, os bens afetados serão considerados automaticamente incluídos na cobertura desta apólice. Consideram-se obras menores, para efeito de aplicação desta Condição Especial, aquelas cujo valor não supere os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).

Compensação de capitais - Pela alteração que for necessária nas Condições Gerais da apólice, fica expressamente estabelecido que se no momento em que ocorre um sinistro existir excesso de capital seguro em quaisquer bens seguros, o dito excesso aplicar-se-á aos bens que estejam insuficientemente seguros. Admitida a compensação na forma indicada, proceder-se-á ao normal pagamento do sinistro de acordo com o estabelecido nas Condições Gerais da apólice.

Privação temporária do local arrendado e/ou ocupado

Função Habitacional - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador garante às pessoas que ocupem os fogos/habitações do tomador, seguras nesta apólice, em caso de sinistro coberto pelas garantias do contrato, o seguinte:

- a) Gastos de hotel** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admite-se o pagamento de hotel ou reembolso de gastos até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado. Sempre que possível o segurador pagará a indemnização diretamente à entidade prestadora dos serviços de hospedagem;
- b) Gastos de mudança e guarda de bens** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, admitem-se custos, com a mudança até à habitação provisória, os quais não poderão ultrapassar 500,00 €, por fogo/habitação sinistrado bem como a guarda dos objetos e bens que não se transfiram para a habitação provisória os quais não poderão ultrapassar 350,00 euros, por fogo/habitação sinistrado;
- c) Gastos de restaurante e lavandaria** - Se os edifícios ou algum dos fogos/habitações seguros ficarem inabitáveis, os gastos de restaurante e lavandaria, até ao montante máximo de 2.000,00 €, por fogo/habitação sinistrado.

Função Profissional - Nos termos desta Condição Especial e até aos limites fixados, o Segurador, indemnizará o Segurado, em caso de sinistro coberto por esta apólice, que lhe origine privação temporária do uso do local arrendado ou ocupado, pela sua atividade, pelas despesas em que o mesmo tiver de razoavelmente incorrer com a armazenagem dos objetos seguros não destruídos, incluindo o respetivo transporte, ou com o exercício provisório da atividade noutro local até ao limite do capital fixado para esta garantia. A indemnização será paga contradocumentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar. Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cláusula, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice.

No geral, o limite máximo de indemnização da presente Condição Especial é de 50.000,00, (cinquenta mil euros) por sinistro e ano do seguro, sendo a garantia válida pelo período indispensável à reinstalação no local onde se verificou o sinistro, sem nunca poder exceder os 9 meses.

OUTRAS CONDIÇÕES APLICÁVEIS AO SEGURO

Para reclamações de prejuízos até 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), antes de aplicação da franquia contratual, o segurador prescinde do processo de peritagem e aceita processar as indemnizações com base na apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Apresentação da participação de sinistro;
- b) Cópia do orçamento de reparação, em caso de perda parcial;
- c) Em caso de perda total, cópia do recibo de aquisição do bem à data da compra, ou cópia do recibo de substituição, ou fatura pró-forma, ou cópia da ficha de imobilizado, onde conste a descrição e o valor do bem.

Independentemente do valor da reclamação e sempre que esta seja paga em dinheiro, o segurador incluirá sempre no montante a indemnizar, o correspondente valor de IVA, quando este for efetivamente suportado pelo Tomador do Seguro, não podendo invocar para tal, a entrega dos originais dos recibos, quando estes forem emitidos à ordem do Tomador do Seguro, uma vez que por Lei, está vedada a estas entidades a dedução do imposto em causa.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Em todos os edifícios em que se encontram instalados os serviços de saúde existem extintores e em alguns casos rede de incêndio armada, vigilância humana e sistemas de vídeo vigilância (CCTV).

ANOS DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS

Não é possível identificar o ano de construção dos edifícios. Salvo raras exceções, a sua construção é na generalidade posterior a 1950.

Seguro Frota Automóvel

CONDIÇÕES PARTICULARES E ESPECIAIS

TOMADOR DO SEGURO

- Município de Vila Nova de Gaia

OBJETO SEGURO

Os veículos identificados no **Anexo B**

COBERTURAS, CAPITALS SEGUROS E FRANQUIAS

- Responsabilidade civil 50.000.000,00
- Coberturas complementares
 - Assistência em viagem do tipo VIP
 - Proteção jurídica
 - Quebra isolada de vidros (1.500,00€)
 - Veículo de substituição por acidente ou avaria, até 30 dias
 - Acidente pessoais para todos os ocupantes:
 - Morte ou invalidez permanente, até 15.000,00 €

- Despesas de tratamento, até 1.500,00 €.
- Despesas de funeral, até 1.500,00 €.

NOTA: No **Anexo B** identificam-se os veículos a segurar, respetivas características, coberturas pretendidas e capitais a garantir.

FRANQUIAS

Quebra Isolada de Vidros, sem Franquia.

Veículo de substituição, sem Franquia

FRACIONAMENTO

Prémio único.

CONDIÇÕES ESPECIAIS APLICÁVEIS AO SEGURO

O Segurador deverá emitir uma apólice única de frota (sem agravamento nem descontos por sinistro ou antiguidade;

Para a cobertura de “Veículo de substituição” o segurador compromete-se a estabelecer um acordo com um rent-a-car sediado no Concelho, através do qual o Município fica isento da prestação de qualquer tipo de caução no momento do aluguer automóvel ao abrigo da cobertura de seguro em causa, desde que tal aluguer seja efetuado por indicação do Segurador. A referida isenção de apresentação/prestação de caução tem como único objetivo ultrapassar dificuldades administrativas que o Município tem com este tipo de obrigações, não existindo nenhuma desresponsabilização do Município, para com a rent-a-car, por qualquer incumprimento ao abrigo do contrato de aluguer.

As garantias do seguro mantêm-se estando as viaturas ao ar livre.

-//-

ANEXO A

ANEXO A - Transferência de Competências no Domínio da Saúde - Seguro Multiriscos - Bens e capitais a segurar							
ACES	Morada	Código Postal	Freguesia	Área Bruta (m2)	Capital a segurar		Titularidade
					Edificado	Conteúdo	
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA DA BOA NOVA,325, VALADARES	4405-551	Valadares-V.N. Gaia	4 680	4 680 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	AV. DA IGREJA, 311, ARCOZELO	4410-411	Arcozele - V.N. Gaia	4 500	4 500 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA Dª MARIA COSTA BASTO, 484, O. DOURO	4430-381	Oliveira do Douro - V. N. Gaia	3 000	3 000 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA DR. CARLOS COSTA, 61, CANELAS	4410-273	Canelas -V.N. Gaia	2 900	2 900 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA BARTOLOMEU DIAS, 316, MAFAMUDE	4400-043	Mafamude - V.N. Gaia	1 652	1 652 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA BARÃO DO CORVO, 676, STA. MARINHA	4400-037	Sta. Marinha - V. N. Gaia	1 300	1 300 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA DO CODESSAL, 834, SANDIM	4415-834	Sandim - V. N. Gaia	1 400	1 400 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA CONSELHEIRO VELOSO DA CRUZ, 406, STA. MARINHA	4400-092	Sta. Marinha - V. N. Gaia	1 050	1 050 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA BARÃO DO CORVO, 833 STA. MARINHA	4400-037	Sta. Marinha - V. N. Gaia	1 000	1 000 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA DAS FÁBRICAS, 282, CANIDÉLO	4400-712	Canidelo - V.N. Gaia	1 034	1 034 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA ESCULTOR ALVES SOUSA, 289	4430-392	V. N. Gaia	1 477	1 477 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	RUA 5 DE OUTUBRO, 353, AVINTES	4430-803	Avintes - V.N. Gaia	773	773 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	Rua Maestro José Pereira de Castro, 141, Madalena	4405-757	Madalena,V.N. Gaia	1 400	1 400 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VII -Gaia	PRACETA DAS CAMÉLIAS, 35, MAFAMUDE	4400-037	Mafamude - V.N. Gaia	505	505 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA FIGUEIRA DE MATO, 925, A E B	4405-463	Serzedo - V. N. Gaia	218	218 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	AV. PADRE GUILHERME, 21, ARCOZELO	4410-466	Arcozele - V.N. Gaia	187	187 000,00 €	50 000,00 €	Propriedade
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA BRITO 744, S. FELIX DA MARINHA	4410-206	S. Félix da Marinha - V. N. Gaia	1 710	1 710 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA D. RODRIGUES SANCHES, S/N, GRIJÓ	4415-453	Grijó - V. N. Gaia	722	722 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA PROF. JOSÉ MARQUES QUEIRÓS JÚNIOR,71, PEDROSO	4415-284	Pedroso - V. N. Gaia	690	690 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VII -Gaia	RUA JOÃO DE DEUS, 98 - 106, MAFAMUDE	4400-182	Mafamude - V.N. Gaia	465	465 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VII -Gaia	RUA DE S. PEDRO, AFURADA	4400-583	Afurada - V.N. Gaia	452	452 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA DE PAINÇAIS, 68, LEVER	4415-663	Lever - V. N. Gaia	377	377 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	AV. ENG. ADELINO AMARO DA COSTA, 2050, OLIVAL	4415-742	Olival -V. N. Gaia	313	313 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
DICAD	RUA DO JARDIM, 940 - VILAR DO PARAÍSO, VILAR DOPARAIS	4405-824	Vilar do Paraíso - V.N. Gaia	300	300 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA NUNO ALVARES, GULPILHARES, LEVER	4405-672	Gulpilhares -V. N. Gaia	182	182 000,00 €	50 000,00 €	Arrendamento
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA CADAVALS S/N, PEROSINHO	4415-014	Perosinho -V. N. Gaia	281	281 000,00 €	50 000,00 €	Comodato
Grande Porto VIII -Espinho / Gaia	RUA CENTRAL,55, CRESTUMA	4415-581	Crestuma - V.N. Gaia	734	734 000,00 €	50 000,00 €	Comodato
					33 302 000,00 €	1 350 000,00 €	
					34 652 000,00 €		

